

Sem condições de trabalho, vamos paralisar as atividades no dia 18 de março!



A FENASPS e o SINDPREV/ES tem cobrado do governo condições de trabalho para os servidores e servidoras dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego, INSS e ANVISA.

Desde o final de fevereiro a Federação alerta e exige dos gestores medidas preventivas – EPI's, álcool em gel etc. – para proteção dos servidores, servidoras e da população contra o Coronavírus (Covid-19), que vem provocando milhares de mortes em todos os continentes. Diante da falta de medidas protetivas contra esta pandemia a FENASPS protocolou ofício diretamente ao presidente do INSS.

O SINDPREV/ES e a FENASPS veem com muita preocupação a situação instalada no INSS, que está um caos com a fila de dois milhões de requerimentos represados, falta de servidores e sistemas precários. Em 2018 o SINDPREV/ES fez um dossiê e denunciou ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal a realidade das APS's no Espírito Santo.

A pandemia do Coronavírus vai piorar terrivelmente as condições de trabalho. Apesar da propaganda do governo de que a maioria dos serviços é digital e funciona, a realidade é de agências lotadas. As filas e o desrespeito continuam!

Centenas de pessoas são atendidas diariamente, muitas delas pertencem aos grupos mais vulneráveis (idosos, doentes, gestantes, lactantes, dentre outros). O INSS não tomou nem as medidas protetivas mínimas: distribuição suficiente de álcool em gel e máscaras. O descaso do governo em relação à categoria ocorre há anos. A falta de condições de trabalho, assédio institucionalizado e o fim do SIASS demonstram o abandono da saúde do servidor e servidora. E esses problemas serão agravados com a pandemia do Coronavírus.

As orientações divulgadas até o momento pelo INSS, por meio de ofícios, não atendem à totalidade de servidores e servidoras. As medidas contidas no ofício SEI Conjunto Circular nº 3/DGPA/DIRAT/INSS não contemplam todos os servidores e servidoras do INSS ao dar a opção de Teletrabalho para quem não puder ficar nas APS's. Nem todos os servidores e servidoras poderão aderir a esta modalidade na forma que foi autorizada. Ademais, não houve qualificação para os trabalhadores e trabalhadoras realizarem tais atividades, e uma parcela considerável tem profissões estabelecidas por lei e, portanto, não podem estar em desvio de funções.

Medidas que contemplem o conjunto dos servidores e servidoras são urgentes e necessárias.

Não aceitaremos trabalhar sem proteção! Não à Reforma Administrativa e outros ataques!

Mais uma vez, para acalmar os banqueiros, Paulo Guedes afirmou que a solução para a crise é acelerar a aprovação das reformas e vender a Eletrobras. Não aceitaremos que o governo se aproveite da pandemia para implementar seu projeto de morte para classe trabalhadora e para a população! Não à destruição do serviço público e à Reforma Administrativa. Pela anulação da Medida Provisória (MP) nº 922, que trata da contratação temporária no serviço público! Pela revogação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que reduz os investimentos e gastos com os serviços públicos por 20 anos. O cenário previsto é de uma enorme crise na saúde pública, já tão sucateada, sendo necessários investimentos na prevenção e combate ao Coronavírus em todo o país.

O desmonte do serviço público e a pandemia do coronavirus!

Há uma tentativa feroz do governo e do congresso, veiculada diariamente pelos grandes meios de comunicação, de acabar de vez com o serviço público e criminalizar os servidores, servidoras e suas entidades de luta. Tragicamente esta pandemia coloca por terra o discurso ultraliberal deles, que visam privatizar tudo. Os únicos sistemas que poderão prevenir e tratar a população adoecida são os de saúde (Sistema Único de Saúde) e a seguridade social (INSS). Sistemas públicos que existem graças à luta popular e que precisam ser fortalecidos, com a realização de concursos públicos, condições de trabalho e valorização profissional. É desumano que uma pessoa espere mais de um ano para receber auxílio-doença, licença maternidade, fazer perícias etc. Com a aprovação da EC nº 103/2019 (reforma da previdência) a desumanidade ficou muito maior.

Mesmo nesse caos, os tiranos que estão no poder a serviço dos banqueiros, grandes empresários e latifundiários, insistem pela aprovação de medidas para acabar com a estabilidade funcional dos servidores e servidoras públicas e reduzir seus salários em 25%, como prevê a PEC Emergencial 186/2019. Portanto, diante do descaso do governo às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, a FENASPS e o SINDPREV/ES orientam todos os servidores e servidoras a prepararem a luta e a enfrentarmos unificadamente os ataques, paralisando as atividades no dia 18 de março de 2020, exigindo do governo uma solução para os problemas que enfrentemos nos locais de trabalho.

**A ÚNICA FORMA DE DERROTAR ESTE PROJETO
DE DESTRUIÇÃO E MORTE E DE MANTER OS SERVIÇOS
PÚBLICOS É A LUTA UNIFICADA EM SUA DEFESA.**

TODOS E TODAS À LUTA RUMO À GREVE GERAL!